

## **EDUCAÇÃO E RESPONSABILIDADE: O ENCONTRO ENTRE ADORNO E HANNAH ARENDT NA SUPERAÇÃO DA BARBÁRIE**

EDUCATION AND RESPONSIBILITY: THE ENCOUNTER BETWEEN ADORNO AND HANNAH ARENDT IN OVERCOMING BARBARISM

*Josineide Gomes do Nascimento Barbalho<sup>1</sup>*  
*Matheus Maria Beltrame<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

O presente artigo propõe uma reflexão acerca do papel imprescindível da filosofia no campo educacional, ressaltando sua dimensão ética, crítica e humanizadora frente às experiências históricas de degradação da condição humana, como as atrocidades perpetradas em Auschwitz. Parte-se do pressuposto de que a ausência do exercício filosófico — entendido como a capacidade de pensar, julgar e agir de modo autônomo — abre espaço para a alienação moral e para a repetição de comportamentos totalitários e violentos. Assim, o estudo fundamenta-se teoricamente na filosofia emancipadora de Theodor W. Adorno, para quem a educação deve impedir a repetição de Auschwitz por meio do cultivo da autocrítica e da sensibilidade moral, e em Hannah Arendt, que destaca a importância do juízo e da ação responsável como formas de reafirmar a dignidade humana no mundo comum. Dessa forma, o artigo busca evidenciar que uma educação inspirada no pensamento filosófico de ambos os autores pode contribuir para a formação de sujeitos livres, conscientes e capazes de resistir às forças de desumanização que ainda ameaçam a sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Filosofia; Educação; Humanização; Ética

### **Abstract:**

This article proposes a reflection on the essential role of philosophy in the educational field, highlighting its ethical, critical, and humanizing dimension in the face of historical experiences of degradation of the human condition, such as the atrocities perpetrated in Auschwitz. It starts from the premise that the absence of philosophical exercise—understood as the capacity to think, judge, and act autonomously—opens space for moral alienation and the repetition of totalitarian and violent behaviors. Thus, the study is theoretically grounded in the emancipatory philosophy of Theodor W. Adorno, for whom education must prevent the repetition of Auschwitz through the cultivation of self-criticism and moral sensitivity, and in Hannah Arendt, who emphasizes the importance of judgment and responsible action as ways to reaffirm human dignity in the common world. In this way, the article seeks to demonstrate that an education inspired by the philosophical thought of both authors can contribute to the formation of free, conscious subjects capable of resisting the dehumanizing forces that still threaten contemporary society.

**Keywords:** Philosophy; Education; Humanization; Ethics

<sup>1</sup> Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Atualmente é professora efetiva em Filosofia, na EITE A T EC Poeta Juca Pontes, em João Pessoa-PB. E-mail: [josineide.barbalho1@professor.pb.gov.br](mailto:josineide.barbalho1@professor.pb.gov.br). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4904032953463552>

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia (UFPB-UFPE-UFRN). Professor Adjunto UACS/CFP/UFCG; Professor Mestrado Prof-Filo UFCG. Email: [beltrame25@gmail.com](mailto:beltrame25@gmail.com), Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3331339486506743>

## Introdução

Este artigo se concentrará na reflexão sobre a educação, no pensamento de Hannah Arendt e Theodor Adorno, que emerge como uma tentativa de compreender o papel formativo da escola diante das crises da modernidade e das marcas deixadas pelo totalitarismo e pela barbárie. Ambos os filósofos compartilham a preocupação com a decadência da experiência humana no mundo contemporâneo e com o enfraquecimento da capacidade crítica, mas suas perspectivas diferem quanto à finalidade da educação e à natureza da relação entre o indivíduo e a sociedade.

No tocante a Hannah Arendt (1906-1975) foi uma filósofa política judaico-alemã do século XX, conhecida por suas análises sobre o totalitarismo e o conceito de "banalidade do mal". Ela fugiu da Alemanha nazista, tornou-se refugiada nos Estados Unidos e se tornou uma das pensadoras políticas mais influentes do mundo.

No que se refere a Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno, ele nasceu em Frankfurt am Main, Alemanha (1903-1969). Foi um dos mais influentes filósofos da Escola de Frankfurt. Também era sociólogo, musicólogo e crítico cultural do século XX. Sua formação intelectual multifacetada permitiu-lhe transitar entre diferentes áreas do saber, construindo análises complexas sobre a sociedade, a cultura e os processos de dominação. Destacou-se como um dos maiores críticos dos efeitos corrosivos do capitalismo, sobretudo no que diz respeito à mercantilização da cultura e à transformação das relações humanas em meras trocas utilitárias.

Assim, o presente artigo, desenvolve especificamente, uma reflexão sobre o papel fundamental da filosofia na educação, considerando sua função ética, questionadora e humanizadora diante das atrocidades cometidas na história, como as ocorridas em Auschwitz. Parte-se da compreensão de que a ausência do pensamento filosófico voltado à formação da consciência moral e, da responsabilidade pode conduzir à desumanização e à repetição de práticas bárbaras.

Nessa perspectiva, a filosofia é apresentada como um instrumento essencial para promover a reflexão crítica, o respeito à dignidade humana e a construção de uma cultura de paz não só no âmbito educacional, mas na sociedade.

Considerando que a Filosofia ocupa um espaço singular no âmbito educacional, por ser o campo do saber que possibilita aos estudantes a reflexão, o questionamento e interpretação da realidade de forma crítica, partiremos do pressuposto que esses instrumentos intelectuais são indispensáveis à formação do pensamento questionador e autônomo.

Por entender que por meio de sua prática reflexiva, o estudante é levado a questionar pressupostos, analisar argumentos, identificar falácias e construir raciocínios pautados na coerência lógica. Essa capacidade de pensar de forma independente é essencial para a constituição de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e aptos a intervir de modo racional e ético nas diversas esferas da vida social.

Além disso, a Filosofia proporciona uma compreensão mais ampla da complexidade ética que permeia as relações humanas, favorecendo o exame dos valores, princípios morais e das noções de justiça, liberdade e responsabilidade, tanto em sua dimensão individual quanto coletiva.

Dessa forma, em um contexto social plural, atravessado por crises de valores, desigualdades e dilemas éticos próprios da contemporaneidade, a reflexão filosófica revela-se não apenas necessária, mas urgente, como guia para a ação humana orientada pela justiça, pela solidariedade e pelo fortalecimento da vida democrática. Pensar filosoficamente, nesse sentido, significa resistir à indiferença, ao conformismo e à banalização do mal que ainda persistem nas relações sociais e institucionais.

### **Educar para que Auschwitz não se repita: um projeto de emancipação humana**

Por isso, acolher o convite de Theodor Adorno para refletir criticamente sobre as atrocidades cometidas em Auschwitz implica assumir um compromisso ético e político com uma educação voltada à emancipação humana. Para o autor, a exigência de que Auschwitz não se repita constitui o princípio fundamental de toda prática educativa, antecedendo qualquer outra finalidade pedagógica. Tal imperativo não necessita de justificativas, pois qualquer tentativa de explicá-lo racionalmente seria insuficiente diante da dimensão da barbárie vivenciada. O fato de essa exigência ainda receber pouca atenção revela que a violência extrema não foi plenamente assimilada pela consciência social, o que evidencia a permanência das condições que possibilitam sua repetição. Nesse sentido, somente uma educação crítica, humanizadora e comprometida com a formação da consciência pode, segundo Adorno,

A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la. Não consigo entender como até hoje mereceu tão pouca atenção. Justificá-la teria algo de monstruoso em vista de toda monstruosidade ocorrida. Mas a pouca consciência existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e de inconsciência das pessoas (Adorno, 2020, p. 129).

Em vista disso, é pertinente retomar as reflexões apresentadas por Theodor W. Adorno em sua obra *Educação e Emancipação* (2020), uma vez que as questões por ele suscitadas continuam a exercer relevância no contexto da sociedade contemporânea.

Adorno, colocou uma essa exigência ética fundamental à educação: que a barbárie de Auschwitz não volte a acontecer, visto que tal exigência não é apenas uma recomendação histórica ou memorialística, mas a base de um projeto pedagógico que busca prevenir a barbárie por meio da formação crítica do sujeito.

Desse modo, em seu ensaio “*Educação após Auschwitz*”, Adorno denuncia a insuficiência da consciência social diante do genocídio nazista, evidenciando que a monstruosidade ocorrida não gerou, na maioria, o impacto moral necessário para se constituir uma barreira efetiva contra novas formas de incivilidade.

Nesse sentido, o filósofo questiona as condições históricas, sociais e psicológicas que possibilitaram que homens comuns se tornassem algozes. Sua preocupação não está apenas no passado, mas no futuro: enquanto existirem estruturas que alimentam o autoritarismo, o ódio e a obediência cega, a barbárie permanece como ameaça latente.

Seguindo essa linha de raciocínio, a educação não deve se limitar à mera reprodução de saberes ou à neutralidade aparente das práticas pedagógicas. Toda ação educativa é, inevitavelmente, um ato político, pois envolve escolhas, valores e finalidades. Por isso, a escola precisa ser compreendida como um espaço de resistência frente às forças que promovem a alienação e a adaptação acrítica à ordem vigente. Mais do que transmitir conteúdos, educar implica criar condições para o exercício da reflexão autônoma, da consciência questionadora e da emancipação humana. Por isso,

É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica. Contudo, na medida em que, conforme os ensinamentos da psicologia profunda, todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância, a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância (Adorno, 2020, p. 132).

De modo análogo, Adorno enfatiza a importância fundamental da educação nos primeiros anos de vida, reconhecendo nesse período a base sobre a qual se formam as disposições éticas, cognitivas e afetivas que possibilitam o desenvolvimento de uma consciência crítica e autônoma.

Com efeito, se a formação do caráter tem suas raízes na primeira infância, cabe à educação um papel essencial na construção de valores éticos e humanos que impeçam o retorno da barbárie. Assim, a escola, como espaço privilegiado de socialização e reflexão, deve cultivar a sensibilidade, o pensamento reflexivo quanto a importância do respeito a vida, direito que toda pessoa tem. Em vista disso, essa compreensão precisa acontecer desde os primeiros anos de vida.

Educar, nessa perspectiva, ultrapassa a mera transmissão de conteúdos ou a simples adaptação do indivíduo às normas vigentes. Trata-se de um processo formativo voltado à construção da responsabilidade ética e da convivência fundada na justiça. A educação, enquanto prática social, assume um papel decisivo na prevenção da barbárie ao estimular o reconhecimento da dignidade humana em cada sujeito, fomentando a capacidade de refletir criticamente, julgar com autonomia e agir de maneira solidária. Somente uma formação que articule razão e sensibilidade pode possibilitar o surgimento de indivíduos capazes de resistir à indiferença e à reprodução de práticas desumanizadoras.

Nesse sentido, a contribuição de Theodor Adorno aponta para a urgência de uma educação comprometida com a emancipação do pensamento e com a recusa de toda forma de violência naturalizada. Contudo, ao enfatizar a necessidade de impedir a repetição da barbárie, sua reflexão permanece ancorada em uma leitura crítica das experiências históricas do passado. Para avançar nessa discussão e ampliar o horizonte da reflexão educacional, torna-se fecundo dialogar com Hannah Arendt, cuja filosofia desloca o foco da memória do horror para a potência do novo que emerge com cada geração.

### **Entre Adorno e Arendt: a educação como possibilidade do novo**

Consoante com a concepção de Adorno acerca da educação emancipadora, pode-se afirmar que Hannah Arendt propõe um caminho complementar para enfrentar a crise educacional contemporânea: o de recomeçar a partir das crianças,

do novo que nelas habita, mas que esse novo não seja sabotado por velhas concepções políticas que subtraem a liberdade individual.

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca a política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse (Arendt, 2016, p. 258).

Assim, também para a Arendt, educar implica acolher esse novo sem submetê-lo a modelos políticos ou sociais cristalizados, que tendem a sufocar a liberdade e a singularidade. Assim, a educação assume a tarefa de preservar a capacidade de iniciar algo diferente, condição fundamental para que o mundo não se feche na repetição, mas permaneça aberto à ação, ao pensamento e à pluralidade humana.

Em Hannah Arendt, observa-se que a crise contemporânea da educação não é apenas um problema pedagógico, mas resulta de uma profunda contaminação política. Quando a educação se submete aos interesses e ideologias do campo político, perde-se sua essência formadora e reflexiva. E, essa política subverte a autonomia do indivíduo, sua liberdade.

[...] a crença de que se deve começar das crianças se se quer produzir novas condições permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feição tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças a seus pais e simplesmente as doutrinam. A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra 'educação' soa mal em política; o que há é um simulacro de educação, enquanto o objetivo real é a coerção sem o uso da força (Arendt, 2016, p. 258-259).

Isso confirma que, quando se trata de política, não temos como desassociá-la da coesão social e da imposição do poder. Nesse sentido, a criança é subtraída do que deveria ser o novo em função do velho que insiste em se perpetuar na sociedade.

Desse modo, a renovação do mundo depende da capacidade de introduzir as novas gerações nesse mesmo mundo, sem, contudo, sufocar sua potencialidade de transformá-lo. Nesse sentido, a infância simboliza a possibilidade de recomeço, a oportunidade de instaurar novas formas de pensar e agir, capazes de romper com a decadência cultural e moral do presente.

Sob essa perspectiva, a educação só alcança seu sentido pleno quando se orienta para a formação da consciência crítica e da capacidade de autorreflexão, dimensões que precisam ser cultivadas desde a primeira infância. É nesse período inicial da vida que se estabelecem as bases éticas, afetivas e cognitivas que possibilitam ao sujeito pensar de maneira autônoma e agir com responsabilidade no mundo comum. Quando a educação se reduz a um treinamento técnico, repetitivo e disciplinador, centrado na obediência acrítica, ela deixa de formar e passa a adestrar. Tal modelo não emancipa, mas reforça a submissão, contribuindo

para a reprodução de formas sutis de dominação e de violência latente que bloqueiam o florescimento da liberdade e da autonomia humana.

Nesse ponto, os pensamentos de Theodor Adorno e Hannah Arendt convergem de modo significativo. Para Adorno, toda reflexão sobre os fins da educação perde sua legitimidade se não estiver subordinada ao imperativo ético de impedir a repetição de Auschwitz. A educação, portanto, deve assumir como tarefa central o desenvolvimento da autorreflexão crítica, capacitando os indivíduos a reconhecerem os mecanismos sociais, políticos e psicológicos que conduzem à barbárie, bem como a resistirem às pressões do conformismo coletivo. Educar, nesse sentido, é formar sujeitos capazes de não se deixarem capturar pela lógica da obediência cega e da adaptação irrefletida.

### Educação e autorreflexão crítica em Adorno e Arendt

No que concerne a Hannah Arendt, ao analisar a banalidade do mal, evidencia os perigos do esvaziamento do pensamento e do julgamento. Para a autora, o colapso da capacidade de pensar e de se responsabilizar pelos próprios atos cria condições propícias para a normalização da violência e da injustiça. A educação, nesse contexto, tem a função de introduzir as novas gerações no mundo comum, preservando-o e, ao mesmo tempo, renovando-o. Isso exige não apenas transmissão de conhecimentos, mas a formação do juízo, da responsabilidade e do compromisso ético com a pluralidade humana.

Ao articular Adorno e Arendt, compreende-se que a educação emancipadora não se limita à instrução ou à adaptação social, mas se configura como um processo formativo que visa preparar indivíduos capazes de pensar por si mesmos, julgar criticamente e agir de modo responsável. Trata-se de uma educação comprometida com a prevenção da barbárie, com a defesa da dignidade humana e com a construção de uma sociedade na qual a liberdade não seja um privilégio, mas uma prática cotidiana sustentada pela reflexão crítica e pelo reconhecimento do outro.

Essa tarefa exige deslocar o foco da análise: não basta estudar as vítimas, é necessário compreender os algozes. É fundamental identificar como pessoas comuns puderam ser levadas ao ódio e à violência sistemática. Para o filósofo, a ausência de consciência, combinada com a obediência cega à autoridade, constitui o terreno fértil da barbárie.

Essa obediência cega está estreitamente relacionada com a burocracia engessada que insiste em se perpetuar, conforme Adorno:

Tudo isso se relaciona de um modo ou outro à velha estrutura vinculada à autoridade, a modos de agir – ou que se diria – do velho e bom caráter autoritário. Mas aquilo que gera Auschwitz, os tipos característicos ao mundo de Auschwitz, constituem presumivelmente algo de novo. Por um lado, eles representam a identificação cega com o coletivo. Por outro, são talhados para manipular massas, coletivos, tais como Himmler, Höss, Eichmann (Adorno, 2020, p. 138).

Nessa mesma direção Hannah Arendt em sua obra *Eichmann em Jerusalém*, resultado de um relato sobre o processo e o julgamento de Adolf Eichmann, realizado em Jerusalém em 1961, nos faz refletir sobre essas estruturas ultrapassadas, burocráticas, como no caso do nazismo, que exterminaram pessoas e não se perceberam como criminosas porque, simplesmente, seguem cegamente

uma ideologia. Como demonstra o argumento de Eichmann: 'Não sou o monstro que fazem de mim. Sou uma vítima da falácia' (Arendt, 1999, p. 269).

Desse modo, Arendt mostra que o mal pode emergir quando o pensamento se ausenta, quando o sujeito abdica de sua capacidade de julgar e simplesmente obedece às ordens impostas por sistemas burocráticos e autoritários. Assim, sua análise transcende o caso jurídico e se torna uma reflexão ética e política profunda sobre a obediência, a alienação e a fragilidade da consciência moral em sociedades modernas. Dessa forma, a autora nos convida a refletir sobre o sentido da responsabilidade individual diante de regimes que transformam a obediência cega em virtude e a reflexão autônoma em perigo, o constatamos no seguinte:

[...] para o sistema legal nazista então existente, não fizera nada errado; de que aquelas acusações não constituíam crimes, mas 'atos de Estado', sobre os quais nenhum outro Estado tinha jurisdição (*par in parem imperium non habet*), de que era seu dever obedecer e de que, nas palavras de Servatius, cometera atos pelos quais 'somos condecorados se vencemos e condenados à prisão se perdemos' (Arendt, 1999, p. 33).

Como podemos confirmar, temos, especificamente, na figura de Adolf Eichmann, uma representação dessa estrutura arcaica encrustada na sociedade, associada ao caráter autoritário, manipulador e plenamente reprodutor de práticas violentas, que, no entanto, não se percebia como culpado pelo extermínio dos judeus na Alemanha nazista, pois acreditava apenas estar cumprindo ordens.

Arendt identifica em Eichmann o exemplo mais perturbador daquilo que denominou "banalidade do mal": um indivíduo incapaz de refletir eticamente sobre o sentido de suas ações, cuja obediência cega ao sistema o tornou peça funcional de uma máquina de extermínio.

O que mais surpreendeu a filósofa foi a ausência de pensamento crítico e de consciência moral em um sujeito que agia dentro das normas do Estado totalitário, sem demonstrar ódio ou convicção ideológica profunda.

Ao longo de todo o julgamento, Eichmann tentou esclarecer, quase sempre sem nenhum sucesso, aquele segundo ponto: 'inocente no sentido da acusação'. A acusação deixava implícito que ele não só agia conscientemente, coisa que ele não negava, como também agia por motivos baixos e plenamente consciente da natureza criminosa de seus feitos. Quanto aos motivos baixos, ele tinha certeza absoluta de que, no fundo de seu coração, não era aquilo que chamava de *innerer Schweinehund*, um bastardo imundo; e quanto a sua consciência, ele se lembrava perfeitamente de que só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais meticuloso cuidado (Arendt, 1999, p. 36-37).

Eichmann personifica o perigo de uma racionalidade instrumental desprovida de juízo moral, característica das sociedades modernas que privilegiam a eficiência técnica em detrimento da responsabilidade ética.

A primeira impressão é que temos sobre Eichmann é que não é normal do ponto de vista psicológico. Só que ele foi analisado por, pelo menos, meia dúzia de psiquiatras que atestaram sua normalidade psicológica.

Mas, é inegável que falta em Eichmann a capacidade para refletir sobre seus monstruosos na perspectiva ética e moral. Porque ele se comporta como um instrumento do Estado totalitário, como alguém que não pensa, mas somente obedece.

Desse modo, a análise de Arendt transcende o caso individual e revela uma dimensão universal: o mal pode se manifestar sempre que o homem abdica de pensar e julgar por si mesmo, tornando-se cúmplice de sistemas que desumanizam o outro.

Sua reflexão é, portanto, um chamado urgente à vigilância moral e política, lembrando que a barbárie pode renascer em qualquer contexto em que a obediência supere a consciência e a burocracia substitua o julgamento.

Com efeito, quando Hannah Arendt cunhou a expressão “banalidade do mal”, não buscava absolver Eichmann, mas revelar algo mais inquietante: o fato de que atrocidades podem ser cometidas não por indivíduos monstruosos, mas por pessoas comuns incapazes de pensar criticamente sobre suas próprias ações.

[...] quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. Eichmann não era nenhum Iago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de ‘se provar um vilão’. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação (Arendt, 1999, p. 310).

O trecho citado expressa com profundidade o núcleo do pensamento de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal, um conceito que rompe radicalmente com a tradição moral e filosófica que associava o mal à malícia consciente, à perversidade ou à intenção deliberada de destruir. Ao afirmar que Eichmann não era um vilão trágico como Iago, Macbeth ou Ricardo III, Arendt desmonta a expectativa de que os grandes crimes da história sejam cometidos por indivíduos demoníacos ou excepcionalmente maus. Pelo contrário, ela revela algo mais inquietante: o mal pode ser cometido por pessoas comuns, burocratas obedientes, que agem sem refletir criticamente sobre as consequências de suas ações.

O “nível estritamente factual” a que Arendt se refere indica que sua análise não é psicológica, mas política e filosófica. Eichmann, ao ser julgado, mostrou-se incapaz de pensar, no sentido arendtiano do termo — isto é, incapaz de colocar-se no lugar do outro e julgar moralmente seus próprios atos. Sua linguagem mecânica, repleta de clichês administrativos, revelava não uma mente demoníaca, mas uma ausência de pensamento ético.

Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guarda-costas contra as palavras e a presença de outros e portanto, contra a realidade enquanto tal (Arendt, 1999, p. 62).

Assim, o que Arendt denuncia é o perigo de uma sociedade que transforma a obediência cega e a eficiência burocrática em virtudes, suprimindo a responsabilidade individual. O mal, nesse contexto, torna-se banal porque nasce não de uma paixão destrutiva, mas de uma suspensão do juízo moral, de uma incapacidade de pensar por si mesmo. Essa constatação permanece atual, pois evidencia que o mal não depende apenas de ideologias totalitárias, mas pode emergir sempre que os indivíduos deixam de exercer o pensamento crítico e a responsabilidade ética diante das ordens e das normas sociais.

Essa incapacidade de reflexão crítica, denunciada por Arendt, encontra ressonância direta na crítica adorniana às estruturas de autoridade. Para Adorno,

sujeitos formados em contextos autoritários tendem a internalizar padrões de submissão e conformismo que não se dissolvem automaticamente com a transição para regimes democráticos. Ao contrário, tais disposições permanecem latentes e podem ser reativadas sempre que emergem situações de instabilidade social ou crise política.

A coletivização acrítica das ações, característica tanto das análises de Arendt quanto de Adorno, contribui para a diluição da responsabilidade ética. Quando o indivíduo se percebe apenas como parte de um mecanismo maior — seja ele burocrático, institucional ou ideológico — o exercício do pensamento crítico é substituído pela adaptação passiva às expectativas do sistema. É nesse ponto que o perigo da barbárie se torna iminente: não como um retorno explícito a regimes totalitários, mas como uma possibilidade sempre presente nas formas cotidianas de conformismo social.

Assim, a atualidade das reflexões de Arendt e Adorno reside justamente na compreensão de que o mal e o autoritarismo não dependem exclusivamente de ideologias extremas. Eles podem emergir em qualquer contexto no qual o pensamento autônomo seja enfraquecido, a autoridade seja naturalizada e a responsabilidade ética individual seja transferida para instâncias abstratas. A prevenção da barbárie, portanto, exige uma formação voltada à crítica, à autorreflexão e à resistência consciente às formas de dominação que se apresentam como normais ou necessárias.

### **Autoridade, coletivização e o risco da barbárie**

Por sua vez, a crítica adorniana às estruturas de autoridade é central. Indivíduos que viveram sob regimes autoritários, quando inseridos repentinamente em democracias, muitas vezes não estão preparados para o exercício da autodeterminação. O potencial autoritário permanece enraizado e pode ser facilmente reativado em situações de crise.

Daí a necessidade de enfrentar o problema da coletivização cega. Os algozes de Auschwitz representaram a adesão acrítica ao coletivo, a submissão sem reflexão ao poder instituído. Para Adorno, combater essa tendência significa fortalecer a autonomia, a autodeterminação e a capacidade de não-participação diante de ordens injustas.

Ele também denuncia a educação baseada na severidade e na disciplina rígida. Embora defendida como formadora de caráter, essa pedagogia apenas gera indiferença à dor e conformismo com a autoridade. A educação, ao invés disso, deve cultivar a sensibilidade, a empatia e a crítica, pois somente assim pode preparar sujeitos resistentes à barbárie.

Adorno também alerta para o risco da hipertrofia da subjetividade na sociedade moderna. O indivíduo que coloca seus interesses acima de tudo torna-se insensível ao sofrimento do outro. Essa lógica, ampliada coletivamente, gera um tecido social marcado pela competição, pela indiferença e pela agressividade.

Para Adorno, o silêncio e a omissão diante de Auschwitz não podem ser compreendidos apenas como falhas individuais isoladas, mas como sintomas de uma configuração social marcada pelo individualismo extremo e pela erosão dos vínculos humanos. Quando os sujeitos se fecham em si mesmos e reduzem suas relações a interações frias e instrumentais, torna-se mais fácil aceitar a barbárie com indiferença. A ausência de empatia produz uma massa de indivíduos solitários,

que coexistem sem verdadeiro reconhecimento mútuo, alimentando um ambiente propício à desumanização e à reprodução da violência.

É precisamente diante desse diagnóstico que Adorno atribui à educação uma tarefa central no processo de desbarbarização. Longe de limitar-se à adaptação dos indivíduos às exigências do sistema social vigente, a formação educacional deve assumir um caráter crítico e emancipador, capaz de confrontar as condições que favorecem a passividade e o conformismo. Educar, nesse sentido, significa criar possibilidades para que os sujeitos desenvolvam sensibilidade ética, capacidade de reflexão e resistência às dinâmicas de dominação.

A indiferença frente a tragédias históricas extremas, como Auschwitz, revela o quanto a falta de afetividade e de responsabilidade pelo outro compromete a própria humanidade dos indivíduos. Uma sociedade que naturaliza o sofrimento alheio tende a reproduzir mecanismos de exclusão e violência, justamente porque seus membros não se reconhecem como corresponsáveis pelo destino coletivo. Contra essa lógica, a educação proposta por Adorno busca reabilitar a dimensão humana das relações, rompendo com a frieza social que sustenta a barbárie.

### **A desbarbarização como tarefa educacional**

Dessa maneira, Adorno defende que a educação deve ultrapassar a mera adaptação dos indivíduos às exigências do sistema social, assumindo um papel crítico e emancipador. Tal perspectiva implica compreender que a Filosofia não se encontra dissociada da realidade, mas profundamente imbricada nela, ao promover a capacidade de questionar, refletir e resistir às formas de dominação e alienação.

Pois, ao refletirmos sobre o pensamento adorniano, compreendemos que a prática filosófica se constitui como instrumento de emancipação intelectual e ética, a qual possibilita ao sujeito perceber as contradições do mundo social e pensar caminhos para superá-las, fortalecendo a consciência crítica e a autonomia.

Em vista disso, a Filosofia ocupa um lugar fundamental, pois não se apresenta como um saber abstrato ou distante da realidade, mas como uma prática reflexiva profundamente enraizada na experiência social. Ao estimular o pensamento crítico, o questionamento das normas estabelecidas e a consciência das formas de alienação, a educação filosófica contribui para a formação de sujeitos capazes de não apenas compreender o mundo, mas também de se posicionar eticamente diante dele. Assim, a desbarbarização não é um objetivo secundário, mas uma exigência permanente da educação em uma sociedade marcada por contradições e riscos autoritários.

Dessa forma, a Filosofia mantém-se atual e necessária, pois contribui para a formação de indivíduos capazes de compreender a complexidade do presente e agir de maneira transformadora na realidade em que vivem.

### **Considerações finais**

A exigência adorniana de que Auschwitz não se repita deve ser entendida como uma tarefa histórica, ética e pedagógica. A educação, para Adorno, só tem sentido quando se orienta pela autorreflexão crítica, pela emancipação do indivíduo e pela resistência às pressões coletivas que conduzem à barbárie.

O filósofo denuncia que a civilização, ao mesmo tempo em que produz progresso, também gera forças anticivilizatórias. Auschwitz foi a expressão máxima

dessa contradição. Por isso, o único antídoto contra a repetição da barbárie é a formação de sujeitos autônomos, capazes de refletir, de dizer “não” e de não participar de estruturas de dominação.

A tarefa educacional, portanto, não é apenas transmitir conhecimento, mas transformar a consciência. É preciso criar um clima cultural e social em que a barbárie não seja mais possível, em que a memória de Auschwitz funcione como alerta permanente. Somente assim a educação poderá cumprir sua missão civilizatória: garantir que o “nunca mais” seja, de fato, nunca mais.

A reflexão adorniana conduz a uma conclusão clara: apenas uma educação orientada pela autonomia crítica, pela empatia e pela autorreflexão pode prevenir a repetição de Auschwitz. A tarefa não é simples, pois envolve enfrentar tanto estruturas sociais quanto impulsos individuais de destruição. Contudo, a recusa em encarar esse desafio significa abrir espaço para que novas formas de barbárie surjam.

A educação, ao invés de formar indivíduos submissos e adaptados, deve preparar sujeitos capazes de resistir às seduições do autoritarismo, questionar a irracionalidade presente na cultura e afirmar a dignidade humana como princípio inegociável. Essa é a exigência do “Nunca Mais Auschwitz”.

Diante do exposto, tanto em Adorno quanto em Arendt, a educação e a ação humana assumem um papel ético e político de profunda responsabilidade: não se trata de perpetuar estruturas sociais e mentais que conduziram à barbárie, mas de possibilitar a emergência do novo — daquilo que rompe com a repetição do mal e da alienação. Em Adorno, isso se expressa como uma educação voltada à emancipação, capaz de formar sujeitos críticos que resistam à adaptação cega; em Arendt, como a aposta no nascimento, na capacidade humana de iniciar algo inédito no mundo. Ambos convergem, portanto, na defesa de uma formação que restitua ao homem sua dignidade e liberdade, não pela obediência ou conservação, mas pela criação de um espaço em que pensar e agir sejam novamente possíveis.

## Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 208 p. ISBN 978-65-5548-016-0

ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral**: contribuições arendtianas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, nº 43, jan/abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu>. Acesso em: 15. out.2025.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalm**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. ISBN 978-85-7164-962-0

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2016 – (Debates: b64/dirigida por J. Guinsburg). ISBN 978-85-273-0117-6

Recebido em: 02/2026  
Aprovado em: 05/2026